

# Os projetos da Anatel para o futuro

**A**os pilares do modelo privado das telecomunicações brasileiras – competição e universalização, que continuam cada vez mais essenciais –, foram acrescentados pela Anatel os da otimização do espectro da radiofrequência e da continuidade da ação fiscalizadora.

– A competição é importante para evitar os monopólios privados. As concessionárias do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) tendem a uma forte participação no mercado residencial da telefonia fixa local – observou Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, presidente da Anatel, em palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).

O domínio da concessionária no mercado local é um fenômeno global, tal como na Espanha (Telefonica detém 90%), Itália (TIM, 90%), México (Telmex, 90%), EUA (Baby Bells, 90%) e em outros países, inclusive no Brasil. No mercado inglês, a British Telecom (80%) compete com as empresas de tevê a cabo (15%).

A estratégia das empresas-espelho (Vésper, GVT e Intelig), operadoras autorizadas a competir com as concessionárias, não deu certo e foi um fenômeno que infelizmente não foi previsto pelos consultores, locais e estrangeiros, contratados pelo Governo Fernando Henrique Cardoso por ocasião da privatização.

A Anatel agora estuda medidas de fomento à competição no mercado local das telecomunicações fixas, a começar pelas PME – o mercado corporativo já é alvo de competição de todas as operadoras –, passando, a seguir, a dar maior atenção para o mercado residencial.

Dentre as medidas planejadas pela Anatel, Luiz Schymura citou, em âmbito burocrático, agilizar a liberação de autorizações para a prestação do serviço, bem como os processos referentes à violação da ordem econômica; e, na área operacional, regulamentar, ainda este ano, o compartilhamento do acesso (*unbundling*) ao usuário final e dar portabilidade numé-

rica aos códigos geográficos, tipo 0 800.

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações alertou que, a partir de 2006 – data em que passam a vigorar os contratos de concessão, prorrogados até 2025 –, a ênfase não será mais na expansão e modernização do sistema e sim no estabelecimento de uma efetiva competição.



Schymura: A ênfase, a partir de 2006, será estabelecer uma efetiva competição

Quando à competição nos serviços móveis, ela já existe (**maiores informações, consulte o site da Telebrasil: [www.telebrasil.org.br](http://www.telebrasil.org.br)**) com até cinco operadoras por área. A Anatel pretende agilizar a análise (complexa) sobre fusões e aquisições nesse setor pulverizado e otimizar o uso do espectro de radiofrequência, que é um bem escasso. As frequências não-utilizadas pelos seus respectivos adquirentes, tal como terras improdutivas, deverão ser retornadas ao Estado.

## Universalização

Em época de um governo cujo discurso é a preocupação com o social, a universalização das telecomunicações – levar pelo menos o acesso a um telefone a toda população – se reveste de renovada importância.

Houve esforço das concessionárias para cumprir com as metas de universalização, como prover a terminais de uso público, em localidade com mais de 100 habitantes e disponibilizar acessos individuais para

localidades com mais de 300 habitantes.

Já no Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), que passa a vigorar a partir de 2006, trocaram-se as metas. A distribuição de acessos passou a enfatizar os Postos de Serviços de Telecomunicações e a obrigatoriedade de instalação de acessos coletivos em cooperativas rurais.

Os PATs (pontos de atendimento para telecomunicações), menina dos olhos de Luiz Schymura, serão instalados em colégios e agências dos Correios e virão equipados com quatro terminais de acesso à Internet, além de facilidades telefônicas.

Para as classes D e E, de menor renda, será introduzido pela Anatel o Acesso Individual Classe Especial (AICE) para pessoas não-atendidas pelo STFC. Será conduzida uma consulta pública para viabilizar o telefone fixo para as pessoas de mais baixa renda.

Em termos de investimentos no setor de telecomunicações pelo setor privado, a cifra alcançou perto de R\$ 100 bilhões em cinco anos, dos quais cerca de 1/3, ou seja, R\$ 35 bilhões, foi utilizado para a aquisição de outorgas. As concessionárias de telefonia fixa adquiriram suas outorgas por R\$ 14,1 bilhões contra R\$ 21 bilhões desembolsados pelas operadoras móveis para adquirir o espectro.

Em contrapartida, as operadoras *incumbents* investiram R\$ 49 bilhões em infra-estrutura, ou seja, quase quatro vezes mais do que os R\$ 13 bilhões investidos pelas operadoras móveis.

Segundo um levantamento da Associação Brasileira de Empresas Prestadoras de Serviços em Telecomunicações (Abeprest), as operadoras deverão desembolsar até o final de 2003 R\$ 10,2 bilhões, 32% ou R\$ 3,3 bilhões serão em contratos de prestação de serviços, sendo a metade para as operadoras fixas para facilidades de banda larga e rentabilidade da rede existente. As operadoras celulares deverão continuar com sua expansão na tecnologia GSM e para a geração 2,5 G. (JCF)

## Acelerando a inclusão via 450 MHz

A idéia é ousada: construir uma infovia wireless de banda larga multio- peradora para viabilizar novos serviços de telecomunicações e deslan- char a inclusão digital no Brasil.

S eu idealizador e principal defensor, o vice-presidente de Desenvolvimento de Negócios da Lucent, Luiz Cláudio Rosa, está otimista quanto à viabilidade da alternativa. “A Anatel já verbalizou interesse em implementar num modelo regulatório para dar sustentação à proposta”, revelou Rosa, acrescentando que até meados de 2004 seria possível criar um ambiente de concessão de novos serviços.

De acordo com os planos da Lucent (uma associada da TELEBRASIL), a rede, que foi testada no final de maio em Brasília

durante o E-gov 2003, deverá ser construída nas tecnologias CDMA 1x EV ou W-CDMA – que permitem taxas de transmissão de dados acima de 2 Mbps – e na frequência de 450 MHz. Tal faixa de espectro possibilita que cada estação radiobase cubra um raio de 60 quilômetros, área de 10 a 20 vezes maior do que a coberta pelas redes celulares nos espectros convencionais. Com isso, é possível chegar a regiões mais remotas com menores investimentos. “A idéia é que esta infra-estrutura seja compartilhada por várias empresas com diversos perfis de



Rosa, da Lucent: “A idéia é viabilizar serviços que hoje não saem do papel”

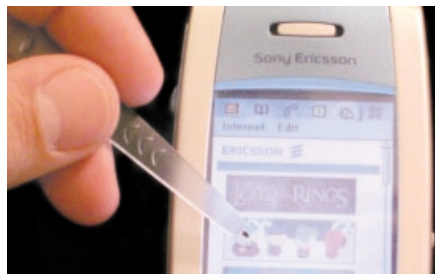
uso, viabilizando serviços que hoje não saem do papel pela baixa relação custo-benefício que tem no atual modelo das operadoras”, sintetizou Rosa. O executivo explicou ainda que está sendo estudado um modelo de negócios para a infovia, que pode utilizar as *carriers* atuais ou abrir espaço para novos empreendedores. (AG)

## Tecnologia

### EDGE: vem aí o 3G do GSM

E stá chegando ao País a solução EDGE, evolução das atuais redes celulares GSM/GPRS, que permite maior velocidade de transmissão de dados e, conseqüente- mente, novos serviços aos usuários. “A rede GSM da Claro, que deve entrar em operação em outubro, já inclui esta tecnologia em sua totalidade”, afirmou Jesper Andersen, vice-presidente de *Marketing* e Negócios da Ericsson (uma associada da TELEBRASIL), empresa que forneceu a arquitetura EDGE e parte das estações radiobase da rede GSM da Claro.

A operadora depende apenas da chegada ao Brasil de terminais adaptados à tecnologia, prevista para ocorrer até o primeiro trimestre de 2004. O EDGE é considerado o primeiro



A nova tecnologia permitirá aplicações mais avançadas

passo das redes GSM na terceira geração de serviços móveis, com taxas médias de transmissão de dados de 120 Kbps e máximas de 384 Kbps. “Esse desempenho é três vezes superior ao do GPRS, o que permite às operadoras oferecerem aplicativos mais

avançados e com maior percepção de valor por parte do usuário”, garantiu Andersen.

O executivo revelou ainda que, além de melhorias na transmissão de dados, imagens e vídeos, a solução pode aumentar a capacidade para tráfego de voz das *carriers*, ao permitir uso mais eficaz do espectro de frequência. Ao redor do mundo, a única operadora a já dispor comercialmente do EDGE é a norte-americana Cingular Wireless, que lançou a solução em Indianápolis (EUA), no mês de junho. Segundo a 3G Américas, entidade que promove o GSM no continente americano, 33 operadoras da região já demonstraram interesse em implementar a tecnologia. (AG)

### Expediente

O TELEBRASIL em REVISTA é um boletim voltado essencialmente para o registro das atividades da Telebrasil – Associação Brasileira de Telecomunicações e de seus associados.

Editor-executivo: João Carlos Pinheiro da Fonseca • Diretor responsável: Mário Silveira • Edição e redação: João Carlos Fonseca • Reportagem: Augusto Góes e Luís Alberto Prado • Secretaria de redação e copidesque: Dígrafo Produção Editorial. Design Gráfico: Camarinha Comunicação & Design • Fotos: João Carlos Fonseca e Arquivo Telebrasil. Tel.: (21) 2244-9494, fax: (21) 2542-4092 e e-mail: telerev@telebrasil.org.br